



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS CORRENTE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

DALLIANE NOGUEIRA DE SOUZA LIRA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS
NOTAS**

CORRENTE-PI

2023

DALLIANE NOGUEIRA DE SOUZA LIRA

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS NOTAS

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Corrente-PI.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Peixoto Costa

CORRENTE-PI

2023

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS NOTAS

Dalliane Nogueira de Souza Lira¹
João Paulo Peixoto Costa²

RESUMO

A inclusão é um movimento educacional muito importante para os educandos especiais, ela vem defender os direitos de todos os alunos, pois baseia-se na concepção de educação de qualidade, sempre respeitando e levando em consideração suas diversidades, as necessidades individuais de cada estudante, seus interesses e suas características. Por isso, a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior tem sido uma conquista relevante para a sociedade como um todo. Esta temática ainda apresenta poucos estudos, sobretudo no entendimento dos desafios e possibilidades no processo de inclusão encontrados e vivenciados pelos alunos, professores e instituição de ensino. Nesse sentido, este trabalho objetivou-se analisar a importância da inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional do ensino superior. A pesquisa foi realizada de cunho qualitativa através da análise bibliográfica de artigos científicos na plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no SciELO-BRASIL, no período de 2017 a 2023. As pesquisas abordam que a inclusão no ensino superior do Brasil apresentam avanços, mas que os desafios encontrados pelos estudantes com deficiências, professores e instituições de ensino ainda são desafiadoras para a permanência destes estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Ensino Superior.

ABSTRACT

Inclusion is a very important educational movement for special students, it comes to defend the rights of all students, it is based on the conception of quality education, always respecting and taking into account their diversities, the individual needs of each student, their interests and characteristics. Therefore, the inclusion of students with disabilities in Higher Education has been a relevant achievement for society as a whole. There are still few studies on this theme, especially in understanding the challenges and possibilities in the inclusion process encountered and experienced by students, teachers and educational institutions. In this sense, this work aimed to analyze the importance of including people with disabilities in the educational context of higher education. The research will be of a qualitative nature, carried out through the bibliographical analysis of scientific articles on the Journals platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and SciELO-BRAZIL, from 2017 to 2023. Research shows that inclusion in higher education in Brazil presents progress, but that the challenges encountered by students with disabilities, teachers and educational institutions are still challenging these students to remain in higher education.

Keywords: Special education; Inclusion; University education.

¹ Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico. Professora do CETI Dr. Dionísio Rodrigues Nogueira (Corrente-Piauí). E-mail: dallianelira19@gmail.com.

² Doutor em História Social. Professor efetivo do IFPI- Campus Floriano. E-mail: Joao.peixoto@ifpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A chegada de alunos com deficiência no ensino superior é uma realidade relativamente recente no campo da história da educação, uma vez que as legislações que deram base para que este público chegasse ao meio acadêmico são consideradas recente. Em contrapartida com os avanços da educação especial encontrados na educação do ensino básico, estes alunos almejam cada vez mais as conquistas e as possibilidades profissionais proporcionadas pelo ingresso no ensino superior.

Nas últimas décadas, o Brasil tem se voltado à promoção de um processo de inclusão para alunos com deficiência na educação regular, processo este direcionado principalmente pelos compromissos internacionais assumidos e pelas consequentes políticas públicas nacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão (Almeida et. al, 2020).

Ao refletir sobre o processo de Educação Inclusiva estamos considerando as diversidades de aprendizagens e seus direitos a equidade. Trata-se de equiparar oportunidade, garantindo a todos inclusive as pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito aos pilares da educação que se caracteriza por aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

No ensino superior os desafios se manifestaram em proporções ainda maiores, considerando que o espaço acadêmico por muito tempo foi tido como restrito àqueles que apresentavam melhor desempenho. Neste viés, ainda são poucos os trabalhos destinados a realizar um estudo que aborde as experiências dos alunos com deficiência, professores e das instituições de ensino que realizam o processo de aprendizagem para promover a inclusão no ensino superior.

O pesquisador Cabral et. al (2020), enfatiza que o aumento do número de matrículas de estudantes pode aparentar ser um efeito positivo das políticas públicas inseridas no país nesses últimos anos. No entanto, os números que indicam a distorção idade-série apontam os problemas estruturais na qualidade da educação oferecida, algo parece ser real tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior.

A falta de estudos e pesquisas que abordem o assunto de forma adequada e que demonstrem como as formas de inclusão é aplicada na prática, motivaram a realização do estudo para o aprimoramento do ensino superior e da educação especial do Brasil. Com essas informações, é possível desenvolver propostas para aprimorar a aplicação e promoção de uma educação inclusiva

e de qualidade para todos, independentemente de suas condições especiais. E neste viés, colaborar com o acervo científico no repositório institucional e acadêmico do IFPI.

Nesse sentido, este trabalho tem a pretensão de conhecer e analisar a importância da inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional do ensino superior; através de uma análise bibliométrica que estão sendo apresentadas na literatura em relação aos desafios da inclusão no processo de ensino e aprendizagem das instituições de ensino superior para a inclusão de pessoas com deficiência. Os objetivos específicos do estudo são: Caracterizar o processo de ensino e aprendizagem para pessoas com deficiência na perspectiva da educação inclusiva no ensino superior; Discutir os pressupostos teóricos da educação inclusiva no ensino superior; Avaliar a contribuição da inclusão sociocultural no contexto da educação de ensino superior.

Para responder ao questionamento e na intenção de cumprir com os objetivos estruturou-se o trabalho de forma a fornecer respostas as questões abordadas no intuito de contribuir para o processo de inclusão no ensino superior no nosso país. O trabalho está estruturado em referencial teórico onde utilizou-se uma abordagem que permita contextualizar e compreender o tema em foco através do seu conceito, aspectos legais e o processo de ensino e aprendizagem para as pessoas no ensino superior.

No segundo momento abordou-se a metodologia do trabalho descrevendo os passos da pesquisa bibliométrica. E no terceiro momento apresentou-se os resultados encontrados na pesquisa, depois fez-se a discussão dos pontos relevantes e apresentou-se as considerações acerca dos resultados encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Como modalidade educacional a Educação Especial deve perpassar por todos os níveis de ensino que compõem hoje todo o Sistema Educacional brasileiro, a saber: Educação Básica e Ensino Superior. O conceito de inclusão não significa apenas inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de Ensino Superior, mas implica também preparar esse ambiente para recebê-la, seja ela estudante, funcionário ou professor (COSTA; CARVALHO, 2011).

Neste universo, várias são as frentes a se levar em consideração destacando-se entre elas: as práticas e fazeres no cotidiano educacional/escolar, o ensino, o modo como se ensina, como se avalia; as posturas profissionais que muitas das vezes demandam quebra de barreiras

atitudinais, a formação docente a fim de contribuir para a construção de uma prática profissional pautada no entendimento e no reconhecimento e respeito as diferenças; e os próprios eixos estruturantes dos cursos que formam o educador para a “Educação Inclusiva”.

As Universidades Públicas fazem parte da composição desse ordenamento educacional do País, mas ao longo de sua caminhada vem encontrando inúmeras dificuldades para efetivar uma educação ancorada em critérios inclusivos e democráticos. Não se trata em considerá-las como um espaço de segregação e exclusão, mas como um local que apesar das incontestáveis contribuições para a formação intelectual, cultural e política no país. E desta forma contribuimos para uma educação com equidade.

Por isso, deve-se ampliar o significado de sua função social e garantir o direito à educação e à igualdade de oportunidades e aprendizagens àqueles alunos que historicamente não fizeram parte de seu alunado, como aqueles com necessidades educacionais especiais (TOMELIN et al., 2018).

2.1.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS LEGAIS

O marco histórico e simbólico para Educação Especial e Inclusiva ocorreu em 1994, com a Declaração de Salamanca, na Espanha, durante a Conferência Mundial de Educação Especial da UNESCO. A Declaração tem como princípio que os alunos com deficiência devem estar no ensino regular e defende que todos os estudantes, independentemente da dificuldade de aprendizagem ou deficiência, têm direito à educação inclusiva em todos os níveis e/ou etapas educacionais.

O Brasil afirmou esse compromisso ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca e iniciou um diálogo no âmbito pedagógico referente às questões relativas à inclusão e exclusão na educação (LAPLANE, 2006). Já no que concerne especificamente ao Ensino Superior, somente no ano de 2003 foi sancionada a portaria número 3.284, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, cujo objetivo é instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

No Brasil, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) passou a definir, em seus artigos 58 a 60, a educação especial como modalidade de educação escolar. Contudo, sabe-se que a aplicação desta lei é de suma importância para a inclusão de pessoas com deficiência, pois prevê a necessidade de currículos específicos e orienta a adoção de um modo de trabalho que proporcione a integração desses estudantes à vida em sociedade (BRASIL, 1996). Diante disto, destaca-se aqui dois importantes artigos desta LDB, sendo estes o Art. 58º e Art.59º:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Em 2015, o Brasil avançou na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, promulgando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº 13.146/2015, que, em seu artigo 27, define e reforça que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

É possível observar que a legislação brasileira avançou ao longo dos anos. Apesar disso, muito deve ser feito ainda em favor da inclusão na Educação Superior. É nítido que o sistema educacional está legalmente amparado no discurso inclusivo, nos princípios democráticos de igualdade, equidade e diversidade. Nesta perspectiva, percebe-se que ao longo dos últimos anos surgiram leis, ações e programas que vêm beneficiando universitários com deficiência.

Os principais marcos foram: Em 2004 tivemos o Programa Universidade para Todos (PROUNI), onde as pessoas com deficiência pudessem concorrer a bolsas de estudo integrais; Em 2005 o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) que traz ações para o acesso a estudantes com deficiência às instituições federais de ensino superior; Em 2007 tivemos o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que menciona a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, formação pedagógica especializada e uso de tecnologia na educação de alunos com deficiência; Em 2015 a Lei nº 13.146, Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI): dedica um dos capítulos ao direito à educação em todos os níveis

de ensino; E em 2016 a Lei nº 13.409: trata da reserva obrigatória de vagas para estudantes com deficiência em instituições federais, tanto para cursos técnicos quanto superiores.

No âmbito da legislação, relata-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 1º, assegura e promove condições de igualdade, visando à inclusão social e à cidadania para as pessoas com deficiência. Essa legislação também garante, em seu artigo 30, adequações nos processos seletivos para ingresso nas IES (BRASIL, 2015), o que leva tais instituições a assumirem um papel significativo na perspectiva da educação inclusiva, cabendo-lhes oportunizar igualdade de condições e um ambiente propício para a convivência com a diversidade.

Ao encontro disso, com a Lei nº 12.711, de 2016, que delibera sobre a reserva de vagas para as pessoas com deficiência nos cursos superiores das instituições federais de ensino, as IES são requisitadas a firmar um compromisso, por meio de políticas, programas e ações, de promover o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência. No entanto, apesar da importância dos instrumentos legais, estes por si só não garantem práticas inclusivas na educação, muitas vezes demonstrando distanciamento das proposições teóricas e legais (Moreira et. al, 2011).

2.1.1.1 PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Na educação especial e inclusiva, é responsabilidade das universidades reconhecer e atender às necessidades individuais de seus estudantes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos por meio de currículos adaptados e adequados, de boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de cooperação com as respectivas comunidades.

Porém, as estratégias de aprendizagens são desenhadas pelas próprias escolas. No Ensino Superior, a prática inclusiva é mais recente. Isto porque, com a ampliação do acesso dos alunos na educação básica e sua consequente progressão para o ensino superior, mais alunos têm chegado às universidades. Com isso, muitos alunos com deficiência e necessidades especiais estão, hoje, matriculados em classes comuns de escolas públicas em todo país.

Isto denota que houve uma mudança de perspectiva da crença anterior de que o atendimento ideal à pessoa com deficiência deveria ocorrer em locais específicos, isolados ou excluídos dos demais. "A legislação brasileira vigente estabelece a não exclusão do aluno do

sistema educacional geral sob alegação de deficiência, privilegia a matrícula desses alunos em escolas comuns públicas" (KASSAR, 2012).

O ingresso do aluno com deficiência é um avanço no ensino superior, porém é necessário observar que o fato de o aluno estar na sala de aula não significa, necessariamente, a participação plena desse estudante no ambiente universitário e a absorção dos conteúdos propostos. Para tanto, é necessário que a universidade realize adaptações para que a inclusão seja efetiva, já que algumas instituições não possuem um mapeamento do ingresso e permanência desse aluno e não oferecem serviço de apoio, tornando-se assim um processo de exclusão.

A sensibilização de todos os envolvidos e a formação de sujeitos inclusivos, capazes de trabalhar em equipe, numa atitude interdisciplinar é, portanto, primordial para buscar a efetiva inclusão destes estudantes. Pensar numa universidade inclusiva requer que os profissionais de educação estejam mais próximos dos estudantes a serem incluídos, que saibam como agir, como ensinar, como lidar com a diversidade e como ter dimensão técnica.

As instituições de ensino consideradas inclusivas são as que aceitam todas as pessoas, independentemente das características individuais, e adapta as estratégias de ensino para que as necessidades educacionais individuais sejam atendidas, considerando a singularidade do indivíduo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa bibliométrica foi realizada nos ambientes virtuais das bases de indexadores de acesso público do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na base de indexadores do *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO-BRASIL) por apresentarem artigos em PDF completos. Para a busca dos artigos, utilizou-se o operador booleano “AND” (inserção de duas ou mais palavras), optando-se por termos em língua portuguesa e inglesa, buscando-se estudos que relatassem a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, publicados no período diacrônico entre 2017 e 2023. A fim de se conhecer como o processo efetivo de inserção e inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior vem acontecendo no Brasil nos últimos anos, bem como para compreender a necessidade de aprimorar a inclusão e permanência desses estudantes no ensino superior.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliométrica foi realizada com base na leitura de artigos na plataforma CAPES e na base de indexadores do SciELO produzidos entre os anos de 2017 à 2023 que enfatizam sobre a temática de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro.

Durante esse estudo diacrônico percebe-se uma procura maior pelo ensino superior e um novo olhar para publicações sobre essa temática, que assegura e promove condições de equidade às pessoas com deficiências.

Vejam os anos de produção, os autores e os títulos das produções científicas.

Quadro 1- Publicações utilizadas para análise

Ano	Autor(es)	Título
2022	Silva et. al	A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual
	Jacobus et. al	Um olhar para a gestão da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro
	Lima et.al	Desafios e Medidas de Enfrentamento na Educação dos Surdos e Deficientes Auditivos em Tempos de Pandemia
2021	Guimarães	Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior
2020	Sandoval et. al	Student and Faculty Perspectives of Inclusive Teaching Practices in Teacher Training Degree Programs
	Cabral et. al	O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão
	Almeida	Formação pedagógica e desenvolvimento profissional no ensino superior: perspectivas de docentes
	Caixeta	A educação especial no ensino superior: da legislação à prática cotidiana

2018	Nozu et. al.	Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados
	Almeida et. al	Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora
2017	Pletsch et. al	Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro
	Wellichan	A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior

Fonte: elaborada pela autora

Ao analisar as publicações dos autores nas pesquisas selecionadas, depara-se com as seguintes explanações as quais julga-se relevantes:

Desde os anos 1990, os direitos de pessoas com deficiência têm se figurado nos debates nacionais e internacionais. Nesse contexto, os princípios da educação inclusiva têm sido incorporados nas diretrizes educacionais brasileiras, mas a sua extensão, desde a educação infantil até o ensino superior, foi reconhecida com maior destaque a partir de 2008, mediante a propagação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Focando especificamente no ensino superior, os pesquisadores (Pletsch et. al, 2017) partem da análise da temática de Inclusão no ensino superior. Os resultados por eles apresentados; mostraram que, apesar do avanço na produção de conhecimento sobre o tema, este ainda está muito aquém da demanda que cresce de forma acelerada, em grande medida, pelo incremento de políticas públicas que fomentam a participação de estudantes com deficiência nas instituições de ensino do Ensino superior.

Nesse sentido, tal aspecto coloca para as universidades o enfrentamento de uma série de questões que vão além dos aspectos relacionados ao de infraestrutura, como de ordem pedagógica, social e atitudinal. Pois a garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos contribui para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças

Percebe-se que o acesso das pessoas com deficiência à Educação Superior é relativamente recente no Brasil. Que somente a partir de 2016, com a inserção do público de alunos com deficiência na Lei de Cotas, o cenário educacional no ensino superior começou a mudar. Percebe-se desta forma como eixo condutor o possível impacto da Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, na trajetória escolar dos estudantes ao longo da Educação Básica até seu ingresso na universidade (Guimarães, 2021).

Os autores Almeida e Ferreira (2018) estudaram o ponto de vista dos alunos com deficiências ao ingressarem no ensino superior; estudando as narrativas dos estudantes com deficiência que enfatizaram as memórias das suas vivências fora e dentro da escola, com destaque o apoio da família e dos profissionais que atendem os estudantes com deficiência, principalmente nos pontos relacionados ao acesso e permanência no Ensino superior, pois tiveram suportes e recursos no ambiente escolar que os ajudaram a prosseguir os estudos.

Os resultados demonstraram que, embora os estudantes tivessem dificuldade em nomear de forma direta qual Política pública de incentivo ao ensino impactou o seu percurso escolar, a possibilidade de escolarização em escola regular foi um diferencial que permitiu o acesso ao Ensino Superior.

Outro ponto importante é que o autor Wellichan (2017) descreve a importância de Incluir quem não deveria ter sido excluído e que o processo de Inclusão social representa o caminho que a sociedade deveria seguir, no entanto, ainda é possível presenciar o quanto estamos longe de uma igualdade de direitos em diversos segmentos da humanidade. Na área educacional o autor cita que no ensino superior há um crescente aumento no número de matrículas no âmbito universitário, o que demonstram o quanto as pessoas com deficiências podem ir longe, desmistificando anos da história de exclusão. E para que essa inclusão de fato aconteça é necessário voltar o olhar para o que antes era foco da educação básica, repensando todo o conceito de acessibilidade, práticas e convivência, revendo o espaço do Ensino Superior como um todo.

Apesar do pesquisador (Caixeta, 2020) elencar o que os outros autores enfatizaram, que a chegada de alunos da educação especial no ensino superior constitui uma realidade relativamente recente e que enfrenta vários desafios. Ele aborda a importância de estudar a temática e políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, por ainda apresentarem poucos estudos. Sobretudo numa perspectiva dos aspectos legais e das experiências vivenciadas a cerca de como as universidades têm conduzido este processo.

Nesse viés, Jacobus analisa o ponto de vista da gestão de inclusão no Ensino Superior brasileiro, identificando as ações realizadas nas instituições a fim de proporcionar a inclusão de estudantes com deficiência. Identificou-se que, embora o ingresso de estudantes com deficiência no Ensino Superior venha crescendo anualmente, ainda há um longo percurso longo a ser trilhado para a construção de Instituições de Ensino Superior (IES) realmente inclusivas (Jacobus et al, 2022).

Esses autores constaram a presença não só de barreiras físicas, mas também de barreiras relacionadas à formação de professores para o trabalho com os estudantes com deficiências, à elaboração de materiais didáticos, à oferta de tecnologias assistivas, à criação de núcleos de atendimento especializado e ao desenvolvimento de políticas de inclusão educacional específicas para cada IES, pois embora as deficiências sejam as mesmas, o aluno deve ser visto de forma individualizado.

E também concluíram que o acesso, a permanência e a conclusão do curso por estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro ainda configuram um campo que necessita receber mais atenção dos pesquisadores e que o aspecto mais urgente a ser transformado não é a arquitetura das instituições, mas a mentalidade dos profissionais que atuam na Educação Superior, em especial de seus gestores.

Já o estudo realizado por (Sandoval et al, 2020) focaram nas percepções dos alunos e do corpo docente sobre as práticas instrucionais inclusivas em programas de formação de professores em três universidades diferentes. Os resultados desse estudo revelam que as percepções inconclusivas dos alunos e do corpo docente tanto em relação as práticas efetivas para salas de aula universitárias inclusivas, quanto para os aspectos das barreiras da inclusão que afetam a aprendizagem nas instituições dos participantes.

O trabalho de Nozu (2018) analisou os desdobramentos da proposta de inclusão no âmbito do Ensino Superior, investigaram as ações da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) voltadas, nos últimos 10 anos, aos acadêmicos tidos como Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Sob a abordagem do estudo de caso exploratório, de caráter descritivo, os dados da pesquisa evidenciam políticas, práticas organizacionais e estratégias, aqui apresentadas e discutidas em três eixos temáticos: a) Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão; b) Serviços ofertados ao PAEE; c) Inclusão na UFGD: desafios e perspectivas. Os resultados alcançados reforçam, no microcontexto investigado, a necessidade contínua de uma responsabilidade compartilhada, coletiva e colaborativa, no sentido de desalojar as mais diversas barreiras que se interpõem, quotidianamente, no percurso de estudantes universitários com necessidades educacionais específicas.

Outro agravante que não pode passar despercebido no processo de inclusão foi o assunto enfatizado por Lima et. al. (2022) que aborda como o anúncio da pandemia pela Covid-19, o isolamento social e o fechamento das escolas foram algumas das medidas adotadas para conter o contágio do coronavírus, levando a uma crise educacional mundial. Como medida reacionária, e esperado que estratégias pedagógicas tenham sido criadas para amenizar os impactos educacionais vigentes na educação dos surdos e dos deficientes auditivos. Foi possível

identificar que as plataformas digitais, as tecnologias assistivas (legendagem, tradução em tempo real, materiais didáticos acessíveis para surdos, entre outros), a capacitação e a alfabetização de pais, alunos e professores em língua de sinais foram protagonistas como sugestão de enfrentamento. No entanto, a participação do Estado na formação e na capacitação de professores e de tradutores interpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) são extremamente necessárias para o alcance da Educação Bilíngue inclusiva.

Almeida (2018) discutiu o processo de inclusão de alunos com deficiência na educação superior brasileira, com especial foco nos sentidos mobilizados por esta inclusão nos discursos dos estudantes e no processo de produção de sentidos nas estatísticas oficiais sobre como está a inclusão no Brasil em uma instituição federal de educação superior. Com as análises empreendidas, identificaram falhas nos dados oficiais sobre a presença de alunos com deficiência na educação superior brasileira, relacionadas tanto a ausência de mecanismos para levantamento desses dados na instituição base, quanto ao não reconhecimento da condição de deficiência por parte dos alunos que a possuem. Já em relação aos sentidos de sua inclusão, esta tem sido avaliada pelos sujeitos da educação superior enquanto presença ou enquanto provimento de condições de acessibilidade arquitetônica, indicando um despreparo e um desconhecimento para o provimento de condições de permanência para este aluno na educação superior, perpetuando barreiras à sua participação em igualdade de condições.

Almeida (2020) enfatiza que o estudo sublinha a atualidade e a relevância da temática da formação pedagógica no ensino superior e aponta no sentido de que melhorar o processo de ensino e aprendizagem nesse setor passa por investir, de forma intencional, sistemática e coerente, em processos formativos que envolvam os docentes na permanente problematização da prática e na dialética entre teoria e a prática. A formação pedagógica especializada poderá não só contribuir para operar mudanças no saber e no agir profissional.

Silva analisa o ponto de vista dos/as estudantes com deficiência visual sobre o seu ingresso e a sua permanência na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e busca refletir sobre o processo de inclusão por eles/as vivenciado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com oito estudantes com deficiência visual matriculados/as em diferentes cursos dessa instituição. A análise do material textual demonstrou que o ingresso e a permanência no Ensino Superior foram marcados por dificuldades relacionadas as barreiras físicas, a disponibilidade e ao acesso a recursos materiais, didáticos, pedagógicos e tecnológicos, bem como as barreiras atitudinais, que agudizam o desempenho acadêmico dos/as estudantes com deficiência visual. Desse modo, a inclusão

educacional, em processo de construção na UFBA, requer envolvimento e participação de toda a comunidade acadêmica para que de fato se concretize (Silva, et. al ,2022).

A pesquisa de Cabral (2020) ressalta um panorama do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior no Brasil. Durante décadas, as políticas públicas têm promovido e defendido práticas educacionais inclusivas, mas, apesar de algumas melhorias, o sistema educacional ainda parece ter dificuldades para acomodar alunos com deficiência. Os dados da pesquisa foram extraídos das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados apontam que as medidas governamentais priorizaram a expansão de instituições privadas, enquanto a representação de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras continua sendo um cenário de exclusão. Por isso, programas e ações devem ser efetivadas, que promova ao ingresso a permanência nas instituições de ensino.

No processo de ensino-aprendizagem, identifica-se que a utilização de tecnologias educacionais tem se mostrado uma importante ferramenta que auxilia no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. São múltiplos os dispositivos tecnológicos que garantem a permanência na universidade e a conclusão de cursos universitários. Essas novas práticas e adequações favorecem o acesso das pessoas com deficiência a uma educação inclusiva. Porém, para que as iniciativas bem-sucedidas sejam duradouras e novas soluções sejam idealizadas, há a necessidade de um processo contínuo de aproximação, compreensão e conscientização que envolva todos os sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que a partir do incremento das políticas públicas, estudantes, universidades e professores historicamente vivenciam contextos de iniciativas e assistencialistas ainda insuficientes para proporcionar o apoio e o acolhimento necessários no sistema de ensino regular. A inclusão educacional é um processo complexo, que envolve o acesso dos/as estudantes as instituições, mas particularmente envolve as condições oferecidas para que os/as estudantes permaneçam e concluam sua formação com êxito e não desistam da formação superior.

O estudo reforça que serão necessárias mais pesquisas neste campo para que seja possível conhecer e até criar estratégias de ensino e aprendizagem para o ensino superior que contemplem as necessidades especiais. Diante dos poucos estudos e práticas encontradas verificamos que são insuficientes as práticas para que estudantes, professores e instituições de

ensino abracem a realidade, para o acesso à educação acolhedora e inclusiva que permita o desenvolvimento dos estudantes dando-lhes o atendimento que eles realmente precisam.

Com vistas, podemos citar algumas ações importantes: capacitar de forma continuada o corpo docente e técnico-administrativo para a adoção de práticas inclusivas; adotar práticas pedagógicas que favoreçam tanto a permanência do estudante com deficiência quanto um melhor desenvolvimento da sua aprendizagem; criar setores responsáveis para avaliar a acessibilidade, a fim de eliminar as barreiras arquitetônicas e comunicacionais; proporcionar ambientes virtuais de aprendizagem e capacitar professores e estudantes para o uso das tecnologias; oportunizar espaços de discussão sobre a temática da inclusão, em que a elaboração e a implementação de políticas sejam compartilhadas com todos os profissionais envolvidos.

Além disso, pode-se promover a participação dos professores no processo de implantação da política de educação inclusiva; e instituir um serviço de apoio à comunidade acadêmica que possa congrega as ações existentes e acompanhar o aluno matriculado para que ele não desista de prosseguir os estudos.

REFERÊNCIAS

Almeida, J. G. de A., & Ferreira, E. L. (2018). **Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora**. *Psicologia Escolar E Educacional*, 22(spe), 67–75. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/047>.

Almeida, M. M. de (2020). **Formação pedagógica e desenvolvimento profissional no ensino superior: perspectivas de docentes**. *Revista Brasileira De Educação*, 25, e 250008. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019250008> .Acesso em 10 de setembro de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988. Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 abril de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 abril de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 abril de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Brasília: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2023.

BRIDI FILHO, César Augusto; OLIVEIRA, Jéssica Jaine Marques; RODRIGUES, Tatiane Pinto. **Altas habilidades e deficiência intelectual: práticas e pensamentos em uma instituição privada de educação superior**. In: PAVÃO, A. C. O; PAVÃO, S. M de O. (orgs.). Estratégias pedagógicas e inclusivas na Educação Superior. Santa Maria – RS: FACOS – UFSM, 2018.

Cabral, V. N. de. Orlando, R. M., & Meletti, S. M. F (2020). O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. Educação & Realidade, 45(4), e105412. <https://doi.org/10.1590/2175-6236105412>.

CAIXETA, Wender da Silva. A **educação especial no ensino superior: da legislação à prática cotidiana**. Mediação, Pires do Rio-GO, v 15, n.2, p.93-105, jul.2020. INSS 2447-6978(Versão on-line). Acesso em: 10 de agosto de 2023.

COSTA, Gomes Teresa. Maria; CARVALHO, Cajica Luísa. A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior. **Revista Lusófona de Educação**, v. 19, n. 19, p. 103-118, 2011.

DA SILVA, Kele Cristina; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto Oliveira. **Acessibilidade à educação superior brasileira: o que dizem os estudantes com deficiência**. Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, p. 116-119. 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12274>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

FERRARI mald, Sekkel MC. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932007000400006&lng=pt&nrm=iso. DOI: 10.1590/S1414-98932007000400006. Acesso em 10 de setembro de 2023.

FONTELLES, M. J. et al. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Revista paraense de medicina, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, M. C. A., BORGES, A. A. P., & PETTEN, A. M. V. N. V. (2021). **Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior**. Revista Brasileira De Educação Especial, 27, e0059. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0059>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

LIMA, P. V. de, NOVATO, T. da S., & CARVALHO, M. P. de. (2022). **Desafios e Medidas de Enfrentamento na Educação dos Surdos e Deficientes Auditivos em Tempos de Pandemia**. Revista Brasileira De Educação Especial, 28, e0055. <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0055>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Declaração de Salamanca**. Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2023.

NOZU, W. C. S., Bruno, M. M. G., & Cabral, L. S. A. (2018). **Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados**. Psicologia Escolar E Educacional, 22(spe), 105–113. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018056>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

PLETSCH, M. D., & Leite, L. P. (2017). **Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro**. Educar Em Revista, (spe.3), 87–106. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.51042>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

SANDOVAL, M., VÁZQUEZ, C. M., SIMON, C., & SANDIGO, A. M. (2020). **Student and Faculty Perspectives of Inclusive Teaching Practices in Teacher Training Degree Programs**. Revista Brasileira De Educação Especial, 26(4), 551–554. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0059> . Acesso em 10 de setembro de 2023.

SILVA, J., & PIMENTEL, A. (2022). **A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual**. Revista Brasileira De Educação Especial, 28, e0012. <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0012>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

TOMELIN, Karina Nones et al. **Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente**. Rev. Psicopedagogia, São Paulo, v.35, n.106,p.94103,2018.Disponívelem:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862018000100011&lng=pt&nrm=iso>.Acesso:em 11 abr. 2023.. DOI: 10.1590/S0101-73302012000300010. Acesso em 10 de setembro de 2023.